

CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Ambiental

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
Portaria IBAMA nº 1.369, de 16 de junho de 2020.	Institui, no âmbito do Ibama, a Equipe Nacional de Instrução de processos de apuração de infrações ambientais, regulamenta o seu funcionamento, dispõe sobre normas procedimentais complementares e dá outras providências.
Decreto nº 7.497, de 9 de junho de 2011.	Dá nova redação ao artigo 152 do Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
Lei Federal nº 12.408, de 25 de maio de 2011.	Altera o art. 65 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos.
Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008.	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999 <i>(Revogado pelo Decreto nº 6.514, de 2008).</i>	Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio-ambiente, e dá outras providências.
Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Legislação Estadual	
Legislação	Ementa
Lei nº 3.467, de 14 de setembro de 2000	Dispõe sobre as Sanções Administrativas Derivadas de Condutas Lesivas ao Meio Ambiente no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

<u>Lei nº 5.241, de 14 de maio de 2008</u>	Institui o serviço de disque-denúncia de atos ou infrações praticados contra o meio ambiente no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
<u>Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 57, de 01 de outubro de 2021</u>	Regulamenta o procedimento de celebração e acompanhamento do termo de ajustamento de conduta para conversão de multa ambiental previsto no art. 101, da Lei nº 3.467/2000

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo
Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br